EDUCAÇÃO
V.12 • N.3 • Publicação Contínua - 2025

ISSN Digital: **2316-3828**
ISSN Impresso: **2316-333X**
DOI: **10.17564/2316-3828.2025v12n3p468-483**

INTERFACES CIENTÍFICAS

DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA: TRABALHO-FORMAÇÃO DOCENTE ENTRE O FAZER DIGITAL E A REPRODUÇÃO SOCIAL

INEQUALITIES IN PRESCHOOL DURING THE PANDEMIC: TEACHER WORK-FORMATION BETWEEN DIGITAL PERFORM AND SOCIAL REPRODUCTION

DESIGUALDADES EN EDUCACIÓN INFANTIL DURANTE LA PANDEMIA: TRABAJO-FORMACIÓN DOCENTE ENTRE LA PRÁCTICA DIGITAL Y LA REPRODUCCIÓN SOCIAL

Gabriel de Souza[1]
Dinora Tereza Zucchetti[2]

RESUMO

Este texto discute as desigualdades sociais que atravessaram a Educação Infantil no contexto da pandemia do coronavírus, na perspectiva dos Estudos Críticos em Educação, enfocando o trabalho-formação dos profissionais da educação, no tempo produzido entre o digital e o analógico. Essa dinâmica se impõe haja vista o novo cenário social e educacional emergente, nos quais os sujeitos envolvidos com o trabalho na Educação Infantil organizam-se de forma remota. A hipótese levantada é a da alteração das realidades e aprofundamento das desigualdades. Para tal, realiza-se um levantamento do estado da arte elencando artigos publicados entre os anos de 2020 e 2021 no Google Acadêmico, que destacam as desigualdades no contexto educacional, reconhecendo-as na dinâmica do trabalho e formação na Educação Infantil. Empenha-se a crítica sistemática dos dados coletados e análise documental, com interesse em compreender os mecanismos de manutenção da vida constitutivos dos processos educacionais. Com base na Teoria da Reprodução Social analisa o trabalho produtivo e reprodutivo das professoras de Educação Infantil no contexto da pandemia. Constata-se um processo de aumento do trabalho produtivo e reprodutivo docente agregado tecnologias da informação e comunicação e produtos do mercado educacional, além da crise nas condições de trabalho somada a cooptação de afetos do trabalho sociorreprodutivo. Por fim, verifica-se que as desigualdades inscritas na Educação, no contexto da sociedade capitalista, levam à precarização das relações sociais do trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Infantil; Trabalho docente; Pandemia; Teoria da Reprodução Social; Tecnologia.

ABSTRACT

This text discusses the social inequalities that permeated Preschool Education in the period of the coronavirus pandemic, from the perspective of Critical Studies on Education, focusing on the work-formation of education professionals, in the context produced between digital and analogue. This dynamic is necessary given the new emerging social and educational scenario, in which the subjects involved with work in Preschool Education organize themselves remotely. The hypothesis raised shows a changing of realities and deepening of inequalities on teacher work. To this end, a bibliographic survey is carried out listing articles published between 2020 and 2021 on Google Scholar, which highlight inequalities in the educational context, recognizing them in the dynamics of work and formation in Preschool Education. Systematic criticism of the collected data and document analysis are undertaken, with an interest in understanding the life-sustaining mechanisms that constitute educational processes. Based on the Theory of Social Reproduction, it analyzes the productive and reproductive work of Preschool teachers in the context of the pandemic. There is a process of increasing productive and reproductive teaching work combined with information technologies and products from the educational market, in addition to the crisis in working conditions combined with the co-optation of affects from socio-reproductive work. Finally, it's verified that the inequalities in Education, in the context of capitalist society, lead to the precariousness of social relations in teaching work.

KEYWORDS

Preschool Education; Teaching work; Social Reproduction Theory; Technology.

RESUMEN

Este texto analiza las desigualdades sociales que atravesaron la Educación Infantil durante el período de pandemia de coronavirus, desde la perspectiva de los Estudios Críticos en Educación, centrándose en el trabajo-formación de los profesionales de la educación, en el contexto producido entre el digital y el analógico. Esta dinámica se impone dado el nuevo escenario social y educativo que se perfila, en el que los sujetos implicados con el trabajo en Educación Infantil se organizan de forma remota. La hipó-

tesis planteada marca el cambio de realidades y la profundización de las desigualdades en el trabajo docente. Para ello, se realizó un levantamiento bibliográfico enumerando artículos publicados entre 2020 y 2021 en Google Scholar, que resaltan las desigualdades en el contexto educativo, reconociéndolas en las dinámicas de trabajo y formación en Educación Infantil. Se realiza una crítica sistemática de los datos recopilados y el análisis de documentos, con interés en comprender los mecanismos de sustentación de la vida que constituyen los procesos educativos. Con base en la Teoría de la Reproducción Social, se analiza el trabajo productivo y reproductivo de los docentes de Educación Infantil en el contexto de la pandemia. Señala un proceso de incremento del trabajo docente productivo y reproductivo combinado con tecnologías de información y comunicación y de los productos del mercado educativo, además de la crisis de las condiciones laborales combinada con la cooptación de afectos del trabajo sociorreproductivo. Por fin, comprueba que las desigualdades en Educación, en el contexto de la sociedad capitalista, conducen a la precariedad de las relaciones sociales en el trabajo docente.

PALABRAS-CLAVE

Educación Infantil; Trabajo docente; Teoría de la reproducción social; Tecnología.

1 INTRODUÇÃO

A presente discussão dedica-se ao debate das desigualdades sociais na/da Educação Infantil diante de uma realidade pandêmica, e, portanto, com entrelaçamento de práticas pedagógicas em meios digitais. Nesse sentido, se orienta a partir das reflexões teóricas produzidas para aprofundar o debate acerca do trabalho e formação dos profissionais da educação - com foco nas professoras da Educação Infantil – compreendendo os processos de ensino-aprendizagem em modalidade remota, com interações mediadas por sujeitos em ambientes virtuais.

Nesse contexto, é fundamental investigar e teorizar sobre os contextos sociais nos quais vinculam-se formas híbridas de ensinar e aprender, centralizando os docentes, enquanto trabalhadores diretamente conectados com as realidades em sala de aula. Tal investigação é reforçada desde a compreensão do contexto histórico e das políticas públicas educacionais empenhadas na contemporaneidade, sobretudo diante das permanências experienciadas após a passagem do cenário pandêmico, assim sendo, merece ser amplamente explorada.

Vale mencionar o enfoque na primeira etapa da Educação Básica, compreendendo a concepção de Educação Infantil presente nos documentos legais, que acolhe crianças entre zero e cinco anos de idade, baseada no compromisso de promover o desenvolvimento integral infantil e "[...] articular as experiências e os saberes das crianças e com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico" (Brasil, 2010, p. 12). Para isso, o Estado brasileiro precisa garantir a oferta de qualidade desta modalidade educativa, na forma pública, gratuita e

irrestrita como princípio firmado em diferentes dispositivos legais, a exemplo da Constituição Federal e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Tais prerrogativas sofreram transformações pelo acirramento das desigualdades sociais já estabelecidas no cenário do coronavírus diante de quase nenhuma política sanitária emergencial eficaz, na esfera da educação escolar, ou ainda redirecionamento efetivo das políticas e práticas educacionais - aqui interpretadas sob a ótica dos Estudos Críticos em Educação, de orientação materialista-histórica e dialética - com interesse em reconhecer as construções materiais-discursivas visíveis e ocultas nos processos históricos inscritas na Educação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Busca-se, reconhecendo a vertente teórica crítica como profícua no debate das desigualdades sociais em Educação, discutir o tema da educação e desigualdades, recorrendo aos marcadores sociais da diferença para reconstruir as realidades na Educação Infantil no contexto de pandemia. Por isso, questiona-se as desigualdades sociais que estão construídas e reificadas nas realidades educacionais brasileiras, que influenciam e limitam as possibilidades históricas dos fazeres pedagógicos desenvolvidos por meio do trabalho e formação docente na Educação Infantil.

Inicialmente, a pesquisa tem abordagem qualitativa e natureza básica (Prodanov; Freitas, 2009) opta-se pelo levantamento do estado da arte – realizada no primeiro semestre de 2021 – localizando escritos por meio do repositório digital Google Acadêmico por meio dos descritores "desigualdade", "Educação Infantil" e "pandemia". Destacaram-se sete trabalhos entre 2020 e 2021, dos quais foram selecionados, a partir da leitura do conteúdo do resumo, aqueles com temática afim ao presente trabalho. Entende-se que o período de recorte configura o contexto de isolamento social em função da pandemia, e a escolha por artigos marca os fluxos de produção e circulação dos artigos científicos e a latência imediata da pandemia no campo da Educação.

O protocolo de busca foi desenvolvido unicamente com a base de dados Google Acadêmico, uma vez considerado o objetivo do estudo ao realizar uma revisão de literatura e buscando a suficiência teórica e temática a ser alcançada. A partir dos descritores foi encontrado o total de 43 artigos.

Para critérios de inclusão, consideraram-se artigos científicos publicados no período mencionado e que haviam sido redigidos em português, publicados em formato de artigo e que apresentassem relação com a etapa da Educação Infantil e Pandemia. Há um interesse em compreender o impacto direto da pandemia sobre o trabalho docente na Educação Infantil, em consequência vale-se do entendimento da produção científica um período curto após a epidemia.

Quanto aos critérios de exclusão, optou-se por remover artigos que tratassem da atuação das famílias, etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, abordagem de outras áreas do conhecimento como Saúde ou Ciências Sociais Aplicadas. Sendo assim, textos em idiomas diferentes do português brasileiro, publicados em período distinto de 2020 e 2021, foram considerados critérios de exclusão.

A partir da aplicação dos critérios, somaram-se 15 textos. A partir da leitura dos resumos, foram excluídos textos que não tivessem relação direta com o tema abordado e que também não se considerassem artigos científicos, isto é, dissertações, teses, ensaios e resumos. Os critérios de inclusão que orientaram essa etapa seleção foram: (a) desigualdades na Educação Infantil no contexto da pandemia; (b) transformações do trabalho docente.

A partir dos descritores e dos recortes apresentados anteriormente foram selecionados sete artigos para o corpus final, as produções da autoria de Bertelli, Moser e Gutierrez Gelinski (2021), Coutinho e Côco (2020), Da Silva e De Lima (2020), Diniz e França (2020), Firmino e Ferreira (2020), Gonçalves e Britto (2020), bem como, Minto (2021). Tais autoras e autores colaboram para iniciar o debate das desigualdades da Educação Infantil no contexto da pandemia e permitem um levantamento diverso acerca da temática elencada.

Os artigos selecionados serão analisados com base nas autoras da Teoria da Reprodução Social, Bhattacharya (2020, 2023) e Fraser (2023), com interesse nas relações de trabalho estabelecidas. Deste modo, constrói-se uma discussão teórica acerca do cenário de crise e precarização do trabalho docente, desde a materialidade dos textos que analisam a realidade educacional; e do cotejamento com o Plano Nacional de Educação, como documento consolidado pelas demandas sociais e orientador das políticas públicas.

Metodologicamente, apoia-se na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) para interpretação dos dados oriundos dos artigos. Nesse tipo de análise, são integrados diferentes procedimentos metodológicos. Dentre eles, destaca-se a codificação e a categorização (Bardin, 1977). Interessa estabelecer unidades temáticas que representem a ocorrência e frequência das categorias definidas a posteriori.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL, PANDEMIA E DESIGUALDADES: ESTADO DA ARTE

Para iniciar o debate acerca da Educação Infantil no contexto da pandemia é preciso compreender as relações desiguais estabelecidas no Brasil. Diante do cenário nacional de negligência das vidas numa crise generalizada no contexto pandêmico, as políticas públicas educacionais, sociais e informacionais permaneceram alheias ao contexto brasileiro (Firmino; Ferreira, 2020), porque os agentes do Estado "[...] não levam em consideração a realidade desigual de acesso às Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) e aos bens sociais, econômicos e culturais de professores e estudantes dos sistemas de educação brasileiros" (Firmino; Ferreira, 2020, p. 3). De tal modo, vale salientar que também os profissionais da educação estão inseridos nos contextos de desigualdades sociais e são atravessados por tais processos.

Assim, desconsiderando princípios constitucionais no enfrentamento às desigualdades, o Estado atuou, por meio das medidas emergenciais na modalidade remota, no acirramento da precarização nos cenários de educação formal e informal (Firmino; Ferreira, 2020; Diniz; França, 2020). Nessa direção, a escola como instituição pública orientada por políticas educacionais cumpre com o nexo capitalista de reprodução da lógica neoliberal e compete na condição de produto a ser consumido,

modificando a relação professor-aluno (Firmino; Ferreira, 2020), acrescida pela mediação das TDIC, ou, em certos contextos, substituída a posição professoral pelas tecnologias digitais (Minto, 2021).

Com ausência do acolhimento no ambiente escolar que – por meio de pessoas, convivência, processos, alimentação, brincadeiras etc. – proporciona aprendizagens cidadãs à vida em comunidade, houve a substituição, pela força da situação, por ambientes pouco adequados em estruturas materiais, cognitivas e até mesmo simbólicas (Firmino; Ferreira, 2020). Pode-se elencar desde equipamentos e mobiliário necessários, até ambientes produtivos e processos de engajamento discente – sobre os quais o Estado não incidiu, se ausentando de suas responsabilidades legais (Firmino; Ferreira, 2020) e onerando alunado, familiares e profissionais da educação pela precarização das relações de trabalho e formação em favor de omitir as desigualdades (Minto, 2021; Diniz; França, 2020).

A acomodação frente ao *status quo* acaba por radicalizar os sentidos do individualismo, elitismo e meritocracia entre discentes e profissionais da educação fomentados no senso comum (Firmino; Ferreira, 2020; Minto, 2021), uma vez que "As realidades sociais e econômicas são díspares, e no caso dos mais pobres, mais perversa. Consequentemente, a relação com a escola e a aprendizagem é afetada" (Firmino; Ferreira, 2020, p. 10).

Os processos de aprender-ensinar são descentralizados, no sentido dos pareceres elaborados pelas autarquias em educação, focando nos prazos de avaliações, do calendário escolar e dos encargos burocráticos nos quais não há garantias aos docentes ou discentes (Firmino; Ferreira, 2020). Segundo a lógica do desmonte, o Estado se desinteressa pelas condições reais necessárias ao desenvolvimento das ações pedagógicas, reafirmando um projeto ausente frente à garantia de direitos básicos, como evidenciado à educação (Diniz; França, 2020).

De forma que os profissionais da educação são vulnerabilizados num cenário de incertezas e passam a atuar como executores de tarefa em meio digital, somente, esvaziando toda complexa ação educativa e do trabalho docente (Firmino; Ferreira, 2020; Minto, 2021), produzindo um mal-estar pela precarização das funções e condições de trabalho – nas quais as primeiras tornam-se mais intensas e extensas e as segundas mais escassas e incongruentes. Nesse sentido, o esforço material e emocional dos profissionais da educação acaba por servir ao projeto do capital que fomenta exclusões históricas, na desarticulação das realidades e desumanização dos agentes envolvidos, via mercantilização e financeirização da educação brasileira (Firmino; Ferreira, 2020; Diniz; França, 2020).

Bertelli, Moser, Gutierrez Gelinski (2021) nos apresentam a possibilidade de olhar para um cenário específico no que diz respeito à proteção social e ao cuidado familiar desde marcadores quantitativos, para extrapolarmos situações que se colocaram como realidade, de forma mais ou menos semelhantes, em outras regiões do país. Sendo assim, na Educação Infantil e em todos os níveis da educação básica, houve "a partir de questões relativas à educação dos filhos e ao acúmulo do trabalho remunerado e não remunerado sob o mesmo teto, porém com recursos desiguais decorrentes dos estruturantes de gênero, raça e classe social" (Bertelli; Moser; Gutierrez Gelinski, 2021, p. 44).

Conforme as autoras há um processo intenso que reafirmam a exclusão e a invisibilização do trabalho, especialmente na esfera doméstica, que já estão precarizadas nos setores de serviços, nas quais mulheres conformam parte significativa da mão de obra, especialmente na educação (Bertelli; Moser; Gutierrez Ge-

linski, 2021). Nessa lógica perversa, "Transferiu-se para a esfera dita privada, da casa e da família, também o espaço e o tempo da escola" (Bertelli; Moser; Gutierrez Gelinski, 2021, p. 46) às mulheres, atravessada por desigualdades da divisão sexual do trabalho, tarefas do cuidado de pessoas e espaços.

Por meio de questionários para o levantamento de dados coletados junto aos familiares de crianças da Educação Infantil, Gonçalves e Britto (2020) avaliam que mais de 80% da totalidade dos alunos participantes da pesquisa estudam nas escolas das redes privadas de Teresina, Piauí. Conforme a pesquisa, diferentes estratégias foram utilizadas, especialmente, privilegiando o digital (Gonçalves; Britto, 2020). Porém, mais de 70% dos familiares indicaram dificuldade no processo de aprendizagem, já que desconheciam as metodologias; ou ainda, conforme Gonçalves e Britto (2020) destacam, os familiares enfrentaram angústia, não dispunham de tempo em função do trabalho e percebiam os filhos deslocados do espaço escolar, já que as crianças atribuíam outros sentidos ao domicílio.

De modo que, os marcadores que localizam as desigualdades de classe social mapearam baixa renda associada ao desconhecimento dos saberes escolares, além da alteração das dinâmicas familiares mediadas pelo contexto, há uma responsabilização às tarefas de cuidado doméstico, familiar e educacional direcionadas às mulheres. Segundo a produção de Da Silva e De Lima (2020), que nomeiam o Estado como Estado Nano, afirmando que este manifesta pulsões de morte que cortam direitos sociais adquiridos – como saúde, alimentação, segurança, educação, informação-tecnologia – e os convertem em mercadorias orientadas pelo sistema global do capitalismo financeiro, produzindo a educação como oferta de serviço e não como direito social (Minto, 2021; Diniz; França, 2020).

Uma vez que as estratégias políticas evidenciam projetos de morte com foco no mercado financeiro – de orientação neoliberal – propiciam a "[...] precarização do trabalho docente, a superexploração do trabalho por meio da tecnologia substitutiva do trabalho vivo e a utilização da força de trabalho não paga da família no processo educativo formal [...]" (Da Silva; De Lima, 2020, p. 291). Tal atitude reforça a culpabilização das famílias e dos profissionais da educação sobrecarregados, por resultados na modalidade remota e improvisada (Da Silva; De Lima, 2020), que desumaniza discentes na elaboração de processos de aprender-ensinar e na atividade de produção de conhecimento, bem como profissionais da educação removendo o caráter dialético, e, portanto, social do trabalho (Diniz; França, 2020).

Na ausência de mediação pedagógica qualificada "[...] este neoensino à distância, baseado apenas na capacidade dos sujeitos alimentarem com tarefas escolares os ambientes virtuais" (Da Silva; De Lima, 2020, p. 297), visto que o Estado opta por financiar empresas de plataformas digitais em educação, ao contrário do investimento em políticas educacionais efetivas para o enfrentamento da realidade posta. Em contextos de aprendizagens já precarizados e desumanizados, no contexto da pandemia há a presença, quando possível, de responsáveis, principalmente mulheres - mães, avós, tias, entre outras - que vivem uma divisão do trabalho desigual, acumulando trabalho doméstico, trabalho de cuidado familiar e trabalho assalariado (Da Silva; De Lima, 2020).

Logo, a perspectiva do trabalho e formação diante das desigualdades sociais, culturais, econômicas dos profissionais da educação enfrenta um "[...] projeto de flexibilização das atividades docentes e de processos formativos da educação básica na escola pública" (Da Silva; De Lima, 2020, p. 297). Com a precarização do processo de ensinar-aprender no desenvolvimento do trabalho pedagógico su-

perexplorado, sem investimento ou remuneração condizente e adequada, tampouco investimento em formação para qualificar a mediação com a comunidade escolar no contexto da pandemia aprofunda-se a crise (Da Silva; De Lima 2020).

A mediação no ensino remoto se utilizou das plataformas online, portanto "A ferramenta digital se torna, assim, um importante instrumento de controle da prática docente no sentido de atender os documentos que norteiam os direitos à aprendizagem dos alunos, como a Base Nacional Comum Curricular [...]" (Da Silva; De Lima 2020, p. 305). Assim, o trabalho dos profissionais da educação ocorre controlado, individualizado, segmentado e sustentador da irracionalidade capitalista de reprodução social (Da Silva; De Lima, 2020; Minto, 2021).

Na Educação Infantil, a modalidade remota não estava prevista em nenhuma situação frente aos dispositivos legais, tratando-se de uma excepcionalidade alvo de diferentes debates da sociedade civil organizada, inclusive da discussão de viabilidade do desenvolvimento da Educação Infantil (Coutinho; Côco, 2020). Sendo esta etapa partícipe do desenvolvimento integral das crianças, e compreendida como impraticável no contexto por algumas perspectivas. Pois, práticas como contação de histórias, alimentação, brincadeiras livres e orientadas, acolhimento das crianças e famílias, cuidado atento e outras experiências pedagógicas baseadas nas relações estabelecidas na presencialidade são dissolvidas.

Coutinho e Côco (2020, p. 5) advertem que diante do "[...] fetiche pela garantia, para toda a Educação Básica, dos chamados 'direitos de aprendizagem', [que] fragmenta a criança e desrespeita o seu direito à educação e ao cuidado de modo integral". O prejuízo diante de práticas pedagógicas que garantam condições ao desenvolvimento e compartilhamento de relações - antes orientado pelas profissionais da educação - afeta transversalmente as comunidades uma vez que, historicamente, a Educação Infantil fora pleiteada como direito comum das crianças e das trabalhadoras e trabalhadores (Coutinho; Côco, 2020; Diniz; França, 2020).

Complexifica o cenário recordar que desde a realidade da Educação Infantil, as profissionais tiveram suas representações sociais desprestigiadas e capital social diminuído, em relação àquelas/es que atuam em outras etapas da Educação Básica, e inclusive práticas materiais de investimento salarial reduzido, há pouco tempo sendo visibilizadas (Coutinho; Côco, 2020). Nesse período, não há como esquecer que "[...] muitas profissionais tiveram seus contratos suspensos; outras cancelados; algumas tiveram seus salários reduzidos ou receberam ameaças de que isso ocorreria caso não desenvolvessem atividades a distância com as crianças, mesmo sem condições [...]" (Coutinho; Côco, 2020, p. 7).

A existência da maioria de mulheres nos quadros profissionais da Educação Infantil, realça a desigualdade de gênero que também se faz presente no cenário trabalho doméstico e no trabalho do cuidado, de tal forma que reforça a necessidade de investimento em condições dignas de trabalho-formação em favor da justiça social, implicada no projeto de educação e país que advoga a Constituição Federal – outrora reivindicada pela ação popular – posicionando-se contra a maquinaria estrutural produtora de desigualdades (Coutinho; Côco, 2020), e a lógica de transmissão em Educação (Diniz; França, 2020).

Além disso, de acordo com Minto (2021), também no contexto da pandemia, as TDIC se revestem com um viés ideológico modernizador que se resume na solução das dificuldades e obstáculos im-

primidas pela realidade contemporânea. Nessa ótica do capitalismo financeiro, tais soluções possibilitariam, inclusive, o fim da atuação de profissionais da educação na mediação de experiências escolares, o que parecia inimaginável (Diniz; França, 2020).

No entanto, as TDIC resultam na alteração do trabalho, favorecendo a precarização nas escolas públicas já vulneráveis (Minto, 2021), já que vivemos sob a égide do capital, só para citar algumas das características, tal a reorganização na esfera do trabalho, que indefine "[...] tempo de trabalho e tempo de vida; [força a] perda de especificidade do trabalho, tendo que estar disponível para 'preencher lacunas'; necessidade de empreender as próprias condições de trabalho, custeando-as com os parcos rendimentos que usufruem [...]" (Minto, 2021, p. 142).

Vulgarmente alega-se que os conhecimentos suportariam somente o detalhe do acesso às TDIC e redes de internet - tanto discente, quanto docente. No entanto, o argumento desconsidera não só as desigualdades no acesso, mas também as condições básicas; a decisão política aposta mais uma vez na atitude individual e oblitera a atividade pedagógica coletiva enquanto prática sócio centrada, posicionando o capital no centro (Minto, 2021).

Minto (2021) aponta tendências emergentes no contexto da pandemia, que foram ampliadas ou realçadas, segundo as quais podem ou não se acomodar à realidade educacional. Primeiramente, a possibilidade de ensino remoto - com redução de trabalhadoras, redução de custos com estrutura, pelo ganho de controle sob os profissionais da educação; assim como, a necessidade de consumo de produtos e serviços, em sua maioria digitais, para realização do trabalho e estudos - corroboram com as desigualdades socioeconômicas, com a dissolução das condições de trabalho e a supressão dos investimentos de salário (Minto, 2021).

Ademais, o esvaziamento das noções de distância e presença estimula a ideia de aprendizagem natural, espontânea e individual – separando, portanto, a presença do profissional da educação na formação profissional e do trabalho de mediação ativa na construção do conhecimento –, e, desintegra a tarefa social de transformação por meio da educação (Minto, 2021). Tal fratura é somada ao apelo tecnológico para o acesso dos saberes, que afasta a construção histórica do conhecimento social, e aproxima a diversão como um fim, pela navegação livre (Minto, 2021).

Dessa forma, o contexto traumático produzido durante a pandemia também oferece lócus para veloz inclusão de ações voltadas à mercantilização e financeirização da educação. Ações que visam a maximização de lucros em um cenário de educação como oferta/produto, na qual se invisibilizam as desigualdades históricas em favor do ensino remoto mediado por tecnologia e discursam pela responsabilização dos profissionais da educação (Diniz; França, 2020).

Nessa lógica, a reprodução da hegemonia capitalista se traduz pela acomodação das atrizes e dos atores sociais às demandas da modernidade, lhes submetendo ao aceite da própria precarização, com menos alternativas ao capitalismo e renovadas escolhas à exclusão da vida plena (Minto, 2021). Com a crise estabelecida também se alteram as conjunturas de reprodução social, assim, segundo a ordem capitalista do desastre, o choque é utilizado para favorecer a desumanização (Diniz; França, 2020).

Observou-se que diante da possibilidade de retorno presencial - ainda durante o contexto pandêmico, na Educação Infantil a reprodução social pela perspectiva do cuidado das crianças é reforçada

na esfera coletiva. Também as trabalhadoras da educação são afirmadas na representação - quase exclusiva - de cuidadoras, o que concorre para o esvaziamento do trabalho e sua precarização.

4 REMAPEANDO O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA POR MEIO DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A Teoria da Reprodução Social, organizada segundo as críticas renovadas ao materialismo-histórico e dialético, permite investigar os cenários capturados da realidade social. A interpretação crítica dessa teoria abre espaço para desvendar os mecanismos de operação - menos aparentes - do trabalho enquanto relação social no contexto do capitalismo contemporâneo.

A Educação é uma das dimensões centrais na discussão da Teoria da Reprodução Social (TRS), logo, assume-se a provocação de Bhattacharya (2023) ao questionar quais são as relações e processos que dão condições aos trabalhadores à produção do trabalho. Assim, a autora chama a atenção para o trabalho familiar e comunitário – como elemento invisibilizado - que sustenta e reproduz os trabalhadores produtivos.

Segundo Bhattacharya (2023) há de se considerar, além do trabalho assalariado que produz mercadorias, interdependentemente, o trabalho que produz pessoas no sistema capitalista. Da tradição marxista são tomadas as lacunas para o desenvolvimento da TRS, aqui estabelecida como lente profícua à leitura dos artigos que tematizam a desigualdade na Educação Infantil no contexto da pandemia.

Enquanto categoria analítica, a reprodução social é conceituada, de acordo com Bhattacharya (2020, p. 178) quando reconhece que

> Alimentação, habitação, transportes públicos, escolas públicas e hospitais são todos ingredientes para a produção da vida, necessários para reproduzir socialmente os trabalhadores e as suas famílias. O nível de acesso a estes recursos determina o destino da classe como um todo, e são as mulheres que continuam a realizar a maior parte do trabalho de produção da vida a nível global.

O cenário pandêmico evidencia, justamente, a manutenção da vida pela ótica do trabalho de cuidado. Contudo, Bhattacharya (2020) averigua que a reprodução social, sob o capitalismo, enquanto produto da vida nas relações de trabalho, é subalternizada em função do lucro. Isto posto, após compreender as análises das realidades elaboradas nos artigos acadêmicos citados na seção anterior, a TRS ganha força integradora para compreensão de aspectos fundamentais das desigualdades no campo do trabalho e das trabalhadoras na Educação Infantil na duração da crise de Coronavírus.

Inicialmente, destaca-se a maioria de mulheres como trabalhadoras no contexto da Educação Infantil (Sampaio; Pereira, 2023), contexto no qual se realiza o trabalho produtivo. E, como aponta Bhattacharya (2023) acerca da escola, que reproduz socialmente os indivíduos por meio das trabalhadoras.

Logo, seguindo uma crítica, necessariamente, generificada (Bhattacharya, 2023), uma parcela das trabalhadoras soma o trabalho assalariado de cuidado e a reprodução social nele envolvida em

prol da comunidade, à reprodução de sua vida. Além do investimento, quando na presença da família, na reprodução social dos integrantes do grupo familiar, as trabalhadoras são, por vezes, mães de estudantes da Educação Infantil com demandas advindas das escolas.

Assim, a pandemia e as relações sociais estabelecidas a partir desse vetor ampliam a crise no que tange às trabalhadoras, pois descaracteriza parte do trabalho com a tentativa de transferência à família dos estudantes e com a inclusão descabida de tecnologias digitais. Em tempos e lógicas que desconsideram a reprodução social docente como elemento fundamental à garantia de manutenção da vida social, a sócio reprodução colapsa em crise. Em uma análise ampla, Fraser (2023, p. 46) reforça que "Nenhuma sociedade que mina sistematicamente a reprodução social pode resistir por muito tempo. No entanto, uma nova forma de sociedade capitalista está fazendo exatamente isso nos dias atuais".

Nesse caso, quando no contexto de crise, a simples indicação formativa de capacitação às tecnologias apaga toda a força da reprodução social investida pelas redes públicas de ensino e desvaloriza o trabalho docente, profundamente marcado pela autoria e autonomia. A caracterização do trabalho-formação docente marca a superação da técnica – estimulada pela introdução de tecnologias no contexto de financeirização do capitalismo – como elemento erradicador dos problemas.

A associação do uso de TDIC – promovidos pelos *clusters* empresariais e suas organizações – com o controle do trabalho docente produtivo e reprodutivo, não dita somente à burocratização do trabalho, mas também reforça desigualdades e desinvestimentos em Educação. Conforme Sampaio e Pereira (2023) as reduções orçamentárias foram iniciadas em 2017 e aprofundadas em 2019.

Há ainda mais contradição no contexto da Educação Infantil, uma vez que ocorre um afastamento no uso intenso das TDIC em sala de aula. Uma das problemáticas implicadas na educação no contexto de pandemia trata-se do modo com que crianças pequenas se relacionam com a cultura virtual, e, já que, carecem de gerenciamento especial dos adultos no contato com telas.

Por conseguinte, os processos de privatização no âmbito educacional, não só na incorporação de escolas à grandes grupos empresariais (Sampaio; Pereira, 2023), mas também no que tange à aquisição de produtos – como incorporação de materiais didáticos, de sistemas avaliativos, de recursos educacionais, de metodologias aplicáveis, formações docentes, entre outros –, são orientados pelo capital e não pelo trabalho docente ou ainda à reprodução social.

Visto que, sem uma postura crítica, esses processos coincidem com a compreensão e estruturação de aprendizagens – para professores e alunos – espontâneas e individualizadas, em contrapartida da possibilidade de construção e coletivização do conhecimento. Então, a crise na formação e produção do trabalho docente, que se caracteriza pela solidão, e, por consequência, descentraliza o caráter sociopolítico eminentemente transformador da Educação.

Nesse caminho, Fraser (2023) faz coro à crítica promovida pela TRS e alerta para a crise acerca do papel de subjetivação e socialização dos estudantes, incorporado no cuidado e trabalho afetivo. Para as professoras da Educação Infantil, durante a pandemia, tal crise representa a descontinuidade no trabalho pedagógico, o afastamento das crianças e a quebra na dimensão da reprodução social das famílias trabalhadoras - em contextos profundamente desiguais, que foram consequentemente forçados a reposicionar o trabalho de cuidado infantil.

Adicionalmente, Bhattacharya (2023, p. 149) comenta que "[...], o capital buscou tornar o trabalho de regeneração diária do trabalhador mais vulnerável e precário, ao mesmo tempo que descarregava toda a responsabilidade da reprodução em famílias individuais". Assim, iluminando o trabalho docente na Educação Infantil é possível estimar a fragilização das relações sociais entre profissionais da educação e comunidade escolar/sociedade civil, com a desvalorização do capital social, até então acumulado pela categoria profissional.

Tal ponto, provoca reavaliar a posição das professoras de crianças pequenas no sistema educacional. Operação essa que nem sempre resulta no reconhecimento e valorização de seu trabalho produtivo, e pode ser convertida – por meio da estrutura capitalista financeira de lógica neoliberal – em oportunidades. Sendo a primeira, reduzir os cargos formais no setor com base nas precarizações das reformas trabalhista e previdenciária, conforme sinaliza Sampaio e Pereira (2023). E, a segunda oportunidade, coagir as trabalhadoras para o desenvolvimento de tarefas que estão além de sua formação-escopo e carga horária laboral.

Em síntese, a produção de mais-valor no trabalho produtivo e reprodutivo (Sampaio; Pereira, 2023) docente marca a dissolução do Estado de bem-estar social (Fraser, 2023) e instaura o mal-estar na classe trabalhadora. Para as professoras da Educação Infantil, a cooptação dos afetos pelo capital é direcionada à culpa em função do trabalho do cuidado, mesmo quando exploradas. A produção do mal-estar precisa ser lida na perspectiva da TRS, já que se estabelece de maneira desigual e generificada na contradição entre produção econômica e reprodução social.

A contradição também oculta a relação entre crise do trabalho afetivo e a "moeda do amor e da virtude" (Fraser, 2023, p. 49) - sob as quais as mulheres, e nesse sentido, as professoras, foram historicamente subordinadas - em razão da descontinuidade na manutenção dos laços sociais por meio do convívio. Especialmente no contexto da Covid-19, a economia dos afetos no trabalho sociorreprodutivo cobra das professoras da Educação Infantil sua dívida captada pela culpa, extraída pelo mais-valor do colapso de trabalho reprodutivo do cuidado e inscrita pelas desigualdades de gênero, classe e raça.

De tal forma, o projeto capitalista neoliberal, enquanto, empurra o trabalho de cuidado às famílias parcial ou pouco escolarizadas (Sampaio; Pereira, 2023), simultaneamente, reduz o investimento do Estado (Fraser, 2023) e asfixia os direitos sociais. Preconizado pelas autorias da TRS, revela-se um fenômeno de crise do trabalho sociorreprodutivo na Educação que promove, tanto o definhamento e a eliminação do trabalho reprodutivo pago, pela exploração das trabalhadoras, quanto a conversão para trabalho reprodutivo não assalariado e consequente desmantelo das políticas públicas (Sampaio; Pereira, 2023).

Essas contradições podem ser entendidas nesse contexto de crise, pois, segundo Fraser (2023, p. 47) "[...] a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação [...], [todavia] a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social em que se baseia". Nesse contexto, as lutas contemporâneas pela reprodução social (Fraser, 2023) bem como, os movimentos sociais brasileiros por creche e Educação Infantil, fundamentalmente, organizados ao longo da história reivindicam a centralidade do direito à Educação.

Parte dessas reivindicações está inserida nas metas do PNE (2014-2024), no que diz respeito à universalização de vagas na Educação Infantil – entre 4 e 5 anos – além do atendimento em creches

de metade da parcela de crianças com 3 anos. A meta 1, porém, segue inconclusa, e certamente sofreu acirramento da crise deflagrada no contexto da pandemia.

Outra parte, atravessa necessariamente a valorização profissional e os planos de carreira que estão previstos, respectivamente, nas metas 17 e 18. Vale mencionar que esses aspectos parciais são visualizados a partir dessa produção, mas que se conectam com dinâmicas complexas e sistêmicas em Educação. Ambas as metas chamam atenção à razão salarial que, mesmo incompletas, são fundamentais à manutenção do trabalho produtivo. Enquanto a segunda meta mencionada possibilita privilegiar as condições de trabalho necessárias e dignas para o desenvolvimento laboral e a proteção dos direitos sociais.

Tais condições de trabalho foram brevemente discutidas aqui sob a ótica das profissionais da Educação Infantil na perspectiva da qualificação da reprodução social. Finalmente, provoca-se seguir pensando de forma crítica em outros modos possíveis, na consolidação da perspectiva de classe trabalhadora em Educação e com base em práticas sociais emancipatórias, de tal forma "Que a vida e a produção da vida se tornem a base da organização social para o desenvolvimento de muitos, e não para a prosperidade de poucos" (Bhattacharya, 2020, p. 179).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental compreender que as relações na Educação, em especial na Educação Infantil, são atravessadas e inscritas pelas relações sociais múltiplas e desigual que envolve: estudantes – profissionais da educação – familiares – sociedade civil – Estado – empresariado. Sendo assim, tal dinâmica vem sendo alterada pelas transformações da contemporaneidade, de forma mais rápida, pela pandemia des/acomodando a tecnologia. Em seus efeitos imediatos, as políticas e práticas em Educação têm consolidado precarização, desumanização e fratura nos processos de trabalho e formação dos profissionais da educação envolvidos na Educação Infantil.

Por meio da interpretação dos artigos elegidos na perspectiva da Teoria da Reprodução Social verifica-se: (a) aumento exponencial do trabalho produtivo e reprodutivo das professoras da Educação Infantil; (b) transferência do excedente de trabalho reprodutivo às famílias; (c) ocultamento do trabalho produtivo e reprodutivo docente; (d) mercantilização do direito à educação, que entre outros elementos, promove precarização do trabalho-formação docente e desumanização das profissionais da Educação; (e) instrumentalização da tecnologia, como promessa automatização do trabalho, que desconsidera a formação na prática docente e estabelece meios para o controle do trabalho docente; (f) crise no trabalho produtivo baseado na redução de vagas e salários; (g) contradição entre trabalho assalariado e trabalho reprodutivo de afeto, quando o mais-valor é convertido em mal estar por meio das desigualdades de gênero.

Além disso, o reforço das desigualdades socioeconômicas e educacionais - experienciado por discentes e docentes, atravessadas pelas relações de gênero, classe e raça – com a mobilização em torno da modalidade de ensino remota em Educação Infantil incita a superexploração do trabalho de

cuidado – generificado e desempenhado por mulheres - no âmbito doméstico, familiar, educacional e laboral. Já que, quando estas não estão empenhadas no trabalho docente desempenham outros trabalhos, reafirmando a lógica da reprodução social, conforme o corpus de pesquisa levantado.

Um artigo mais recente, como de Sampaio e Pereira (2023), elabora interpretações importantes com base na TRS para compreender a Educação no contexto histórico antes e durante a pandemia. Sampaio e Pereira (2023) recorrem às releituras marxistas-feministas contemporâneas – ancoradas principalmente em Bhattacharya, Fraser e Aruzza – para reconstruir a crise materializada à classe trabalhadora e às políticas educacionais.

Portanto, entende-se que as relações inscritas pela materialidade do capitalismo financeiro são impressas com superexploração, culpabilização e descaracterização do trabalho-formação das profissionais da educação, em especial àquelas na Educação Infantil. As políticas e as tecnologias de orientação capitalista, implementadas pelo Estado, reforçam controle, individualização, segmentação do trabalho, organizando um projeto de exclusão – sob o signo da morte – aos sujeitos em condição de desigualdade e vulnerabilidade.

Dessa forma, se faz imprescindível aprofundar o debate aqui levantado, considerando a reprodução social como uma das noções centrais à manutenção da vida. Por isso, novas indagações podem ser realizadas no sentido das permanências da expropriação no contexto pós-pandemia. Igualmente, é necessário recentralizar a Educação como uma das tarefas de trabalho exigida para sociorreproduzir pessoas.

Por fim, verifica-se que a atuação dos profissionais da educação, na tarefa de reprodução social, incursiona por realidades desiguais e enfrenta o afeto da dívida diante do tempo afastado das dinâmicas presenciais da escola. Tal trabalho de cuidado pode ser convertido, assim, mais uma vez, na ultraprecarização das condições de trabalho e vida, principalmente, no momento de retorno à presencialidade na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BERTELLI, E.; MOSER, L.; GUTIERREZ GELINSKI, C. R. O. Famílias, mulheres e cuidados: efeitos da pandemia de covid-19 em Santa Catarina. **Oikos**: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p. 35-54, 2021.

BHATTACHARYA, Tithi. A teoria da reprodução social e porque precisamos dela para compreender a crise do Coronavírus. *In*: GONÇALVES, Guilherme Leite (org.). **Covid-19, capitalismo e crise**: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC-UERJ/Revista Direito e Práxis, 2020.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

COUTINHO, Angela Scalabrin; CÔCO, Valdete. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. **Práxis educativa**, v. 15, 2020.

DA SILVA, P. J.; DE LIMA, A. B. O OPORTUNISMO NEOLIBERAL NA PANDEMIA DE 2020: a nova morfologia da educação e a superexploração do trabalho docente. **Movimento - revista de educação**, v. 7, n. 15, 23 dez. 2020.

DINIZ, Nelson; FRANÇA, Bruno. Trabalho docente, desigualdades educacionais e capitalismo de desastre: impactos da pandemia de coronavírus na educação. **Giramundo:** Revista de Geografia do Colégio Pedro II, v. 7, n. 13, p. 143-156, 2020.

FIRMINO, S. G.; FERREIRA, G. A educação na pandemia do novo coronavírus: uma excepcionalidade ou uma prioridade? **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2020.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

GONÇALVES, Edilma Mendes Rodrigues; BRITTO, Ana Luiza F. de Moura. Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar. **Revista Práxis**, p. 39 - 46, 2020.

MINTO, L. A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO. **RTPS** - Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SAMPAIO, D.; PEREIRA, J. Teoria da Reprodução Social: a crise do trabalho reprodutivo educativo no contexto neoliberal e de crise pandêmica no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 3, p. 282-301, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57000. Acesso em: 13 fev. 2024.

1 Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale, bolsista CAPES. Graduação em História e Pedagogia. Membro do grupo de Estudos, pesquisas e práticas em Educação não Escolar na perspectiva da Educação Integral. E-mail: gsouza1596@gmail.com. | ORCID https://orcid.org/0000-0002-2203-3351

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Serviço Social. Líder do grupo de Estudos, pesquisas e práticas em Educação não Escolar na perspectiva da Educação Integral.
E-mail: dinora@feevale.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7122-1025

Recebido em: 24 de Julho de 2025
Avaliado em: 20 de Setembro de 2025
Aceito em: 10 de Novembro de 2025

A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site https://periodicos.set.edu.br

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Educação

Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-CompartilhaIgual CC BY-SA